

Educação

São Paulo está entre as piores

O abandono em que os governos do PSDB e do PFL deixaram a rede de ensino da Prefeitura de São Paulo fizeram a cidade ficar entre as sete piores do Brasil quando comparada com as demais capitais do País. O desempenho foi medido pelo Ministério da Educação e mostra São Paulo no 21º lugar entre 26 capitais.

Com média de 160 pontos, os alunos das escolas municipais não alcançaram a metade dos 350 pontos possíveis nas provas. Eles ficaram ainda 12 pontos abaixo da média nacional em língua portuguesa e 13 pontos abaixo em matemática.

A situação piorou no governo José Serra, do PSDB, e continuou a cair com seu sucessor Gilberto



Obstrução da oposição impede que a educação tenha níveis mais elevados

Kassab, do PFL. Serra renunciou para Kassab assumir. Uma das causas da decadência é a baixa remuneração dos professores. Tanto que a categoria fez um mês de greve em junho por melhores salários. Hoje, um professor com ensino superior tem um salário de R\$ 615,00 da Prefeitura.

Ana Rosa Abreu, especialista em educação, afirma que a

rede de São Paulo está desgastada. Por isto os alunos tiveram um desempenho tão ruim na avaliação. "O professor não consegue aplicar na sala de aula o que aprendeu", diz

Fundeb seria solução

Para solucionar o problema, o governo federal criou o Fundeb - Fundo da Educação Básica. Através

dele, os repasses para a Educação passariam dos atuais R\$ 395 milhões para R\$ 4,3 bilhões. O benefício atingiria 47 milhões de estudantes, 16 milhões a mais que hoje.

Só que, para ser aplicado no ano que vem, o projeto precisaria ser aprovado no Congresso. Para tentar prejudicar a imagem do governo, PSDB e PFL impediram a votação.

Quando o governo federal rompeu o bloqueio da oposição no Senado, o Fundeb voltou para a Câmara dos Deputados e sua votação só será retomada após as eleições, prejudicando milhões de estudantes e professores. Os recursos são destinados ao ensino a partir das creches até a 8ª série, à recuperação salarial de professores e à sua formação profissional.

Luta contra o trabalho infantil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) está divulgando na internet um mini-filme sobre a grave situação das mais de 200 milhões de crianças trabalhadoras em todo o mundo. O filme mostra que o fim desta situação é possível e está ao nosso alcance.

No Brasil, a redução foi significativa no período de 1992 a 2004: 61% entre as crianças de 5 a 9 anos e 36% para os que têm de 10 a 17 anos, muito acima da média mundial de redução detectada pela OIT, 11%.

O vídeo está disponível em www.ilo.org/public/english/bureau/inf/wdacl/index.htm.

Informática Profissionalizante / Web Design (Por R\$ 29,00)

(Em Sto André e São Bernardo)

Seja um profissional qualificado. **Curso Profissionalizante:** (Windows Xp, Word Xp, Power Point Xp, Excel Xp, Novas Tecnologias e Internet). **Curso Web Design:** (Photoshop, HTML, Dreamweaver, JavaScript, Flash, Corel Draw).

A mensalidade é de R\$ 29,00 para sócios e de R\$ 39,00 para não sócios e o material didático é parcelado em 02 vezes de R\$ 28,00 para Profissionalizante e em 03 vezes de R\$ 26,00 para Web. Vários dias e horários de aula, inclusive aos sábados. As aulas são realizadas na Regional Santo André e na própria escola em São Bernardo. **Faça sua matrícula** das 9h às 19h na Av. Índico, 535 - SBC ou na Regional Santo André (R. Senador Fláquer, 813). Informações: **3439-1382 ou 4427-4802**. Vagas limitadas.



Tribuna Cidadania



Suplemento especial da Tribuna Metalúrgica

Edição nº 10 - Primeira quinzena de agosto - 2006

Direitos Humanos

SEM COMBATE À VIOLÊNCIA, A PRÓXIMA VÍTIMA SEREMOS NÓS



Defender os direitos humanos e ser contra todo tipo de violência é garantir o futuro dos filhos dos trabalhadores

As entidades que defendem o respeito aos direitos humanos são contra qualquer tipo de violência, principalmente as cometidas pelos agentes do Estado. No momento em que a polícia substitui a lei pela violência, com execuções sumárias e torturas de suspeitos, as principais vítimas são os trabalhadores e seus filhos. *Página 3*

Amamentação

Boa para a criança e para a mãe

Apenas metade das crianças recém nascidas no Brasil é amamentada no peito materno, quantidade que diminui à medida em que as crianças crescem.

Foi de olho no baixo aleitamento que o Ministério da Saúde lançou a Semana da Amamentação, que pretende estimular a amamentação e combater o uso excessivo de mamadeiras e chupetas.

De acordo com o Ministério, o aleitamento materno entre bebês até 1 mês ocorre



em apenas 53% dos casos e entre 3 a 4 meses a taxa cai para 21%, chegando a 10% nas de 5 a 6 meses.

A representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Elsa Giugliani, afirma que a amamentação é

essencial e traz uma série de benefícios para o bebê e para a mãe. "Na criança previne infecções, diarreia, pneumonia, inflamação de ouvido e também doenças que podem se manifestar mais tarde, como alergia, asma, diabetes e até alguns tipos de câncer relacionados à alimentação. As crianças amamentadas também têm melhor desenvolvimento intelectual. Na mãe, a amamentação previne doenças como câncer de mama e diabetes", disse. A ocor-

rência de diarreia é de 3 a 14 vezes menor em bebês que são alimentados com leite materno.

Elsa diz que são raros os casos em que as mães não podem amamentar. "Quase todas podem. Não existe leite fraco, nem pouco leite", salienta ela.

"Quanto mais o bebê mama, maior a produção. No início, o leite não é branco como conhecemos mas é o colostro, que é muito rico para o bebê", afirma Elsa.

NESTA EDIÇÃO

Encontro de mulheres metalúrgicas

No próximo sábado, dia 12 de agosto, você está convidada para uma conversa sobre saúde, creche, salários e direitos sociais a partir das 15h. Depois, haverá um chá da tarde. Participe e leve mais uma companheira. O encontro acontecerá na Regional Diadema, Av. Encarnação, 95, Piraporinha, perto do terminal do trólebus.

A maior parte da população é favorável à criação de cotas para negros e descendentes nas universidades públicas brasileiras. *Página 2*

Crianças de lares violentos têm comportamento mais agressivo. *Página 2*

Ensino nas escolas municipais da capital está entre os piores do País. *Página 4*

Governo federal quer estimular a amamentação no peito materno. *Página 4*

Política de cotas

Maioria aprova a implantação

Pesquisa do Instituto Datafolha revela que a maioria da população é a favor da adoção de cotas para negros e descendentes nas universidades públicas brasileiras. Segundo o levantamento, a implantação da política de reserva de vagas para estes grupos tem o apoio de 65% da população.

A adoção de cotas para afro-descendentes está prevista no Estatuto da Igualdade Racial, em discussão no Congresso Nacional. O resultado da pesquisa vai contra o manifesto de uma centena de intelectuais brasileiros divulgado no final de junho. O documento se opõe à política



Ana Nice defende as cotas

de cotas com o argumento de que ela aumenta ainda mais os conflitos raciais e não ataca o problema estrutural da desigualdade no País.

“Os números da pesquisa apontam o que já sabíamos. É preciso, sim, garantir o acesso dos afro-descendentes à educação”, afirma Ana Nice, coordenadora da Comissão de Combate ao Racismo do Sindicato.

Inclusão

Dos entrevistados na pesquisa, cerca de 46% afirmaram conhecer o estatuto, mas apenas 9% se dizem informados sobre o seu teor.

Os dados do Datafolha mostram ainda que, entre os entrevistados, 87% concordam que deveriam ser criadas reservas de vagas nas universidades para pessoas pobres e

de baixa renda, independentemente da raça.

De acordo com o IBGE, os negros representavam 48% da população em 2004.

Entre as pessoas com escolaridade fundamental, a aprovação das cotas é maciça, com 71% de apoio. Mas entre os entrevistados com nível superior 55% são contra o estatuto.

A maior parte das pessoas com renda familiar superior a 10 salários mínimos são contra (57%). Nessa faixa salarial, a rejeição é alta tanto entre os 54% que se auto-declararam negros como entre os 64% que se dizem brancos.

Infância

Violência doméstica e seus estragos

Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para as graves repercussões da violência doméstica nas crianças.

O documento calcula que um mínimo de 275 milhões de crianças estão expostas atualmente à violência doméstica.

Violência doméstica é a agressão física, sexual ou mental por parte de pais ou de uma pessoa que cuida de crianças. Segundo o informe, observar ou escutar episódios de violência doméstica pode deixar incompleto o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças.



Crianças que sofrem violência doméstica podem apresentar graves problemas no futuro

O informe destaca que a violência doméstica ocorre com mais frequência nos casos de gravidez na adolescência, consumo de drogas e comportamento ilegal.

Crescimento

O fator que melhor permite antecipar se as crianças repetirão o ciclo da violência

doméstica é ter crescido num lar onde a violência doméstica sempre esteve presente de alguma forma.

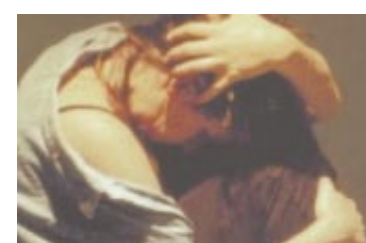
Maus-tratos

As investigações indicam que as mulheres mais mau-tratadas são as que os companheiros sofreram mau-tratos quando pequenos

ou presenciaram atos de violência contra suas mães.

Muitos estudos também descobriram que as crianças de lares violentos exibem comportamentos mais agressivos.

Elas também têm uma probabilidade de se envolverem até três vezes mais em brigas.



Não se cale diante da violência contra a mulher.

Ligue 180

Debate sobre o Papel e o Futuro da Esquerda na América Latina

A plenária com o companheiro José Genoíno que seria realizada no último dia 27 de julho acontece hoje, às 16h, no Centro de Formação Celso Daniel, ao lado da Sede do Sindicato, em São Bernardo.

Brasileiros avaliam programas sociais

O governo federal vai realizar pesquisa nacional para saber a opinião dos brasileiros sobre os principais programas do Ministério de Desenvolvimento Social, entre eles o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O objetivo é descobrir o percentual da população que conhece os programas e qual sua percepção sobre eles.

A pesquisa só será feita após as eleições deste ano e os resultados serão usados para nortear a gestão das políticas do Ministério. Serão entrevistadas pelo menos 2.400 pessoas, que deverão representar amostra da população maior de 16 anos. O trabalho dos pesquisadores será realizado ao longo de sete dias, em locais públicos.

Ao final, deverão ter participado pelo menos 400 pessoas por região, totalizando 120 municípios no País. De acordo com o Ministério, o levantamento permitirá a análise dos dados regionalmente, com margem de erro de dois pontos percentuais.

Tribuna Cidadania

Redação: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo - CEP: 09721-100 - Fone: 4128-4200 - Fax: 4127-3244 - www.smbc.org.br - imprensa@smbc.org.br - Regional Diadema: Av. Encarnação, 290 Piraporinha. Telefone 4066-8468 - CEP 09960-010 - Regional Santo André: Rua Senador Figueira, 813 - Centro. Telefone 4890-3052 - CEP 09010-160 - Diretor Responsável: Sérgio Nobre - Reporters - Carlos Alberto Ballesta, Gonzaga do Monte, Maria Angélica Ferrasoli (colaboradora) e Silvio Borengani - Reporter Fotográfica: Raquel Camargo - Arte e Editoração Eletrônica: Eric Gaieta CTP e Impressão: Simetal ABC - Gráfica e Editora - Fone: 4341-5810 Os anúncios publicados na Tribuna Cidadania são de responsabilidade das próprias empresas.

Direitos Humanos

“As entidades defendem o cumprimento da lei”

O coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Ariel de Castro Alves, disse que a população tem uma visão distorcida sobre as entidades que defendem os direitos humanos.

Ele afirma que essas organizações defendem o cumprimento da lei para o combate à violência, pois as principais vítimas dessa violência são os próprios trabalhadores e seus filhos.

Sobre as prisões, Ariel entende que elas precisam garantir um mínimo de dignidade aos detentos para que eles não saiam piores do que entraram. “Se isso não acontecer, a próxima vítima seremos nós”, alerta.

A população acredita que as entidades de defesa dos direitos humanos servem para defender bandidos. É isso mesmo?

Essa marca vem desde a época da ditadura militar, quando os defensores dos direitos humanos eram tratados como terroristas. Era uma forma utilizada pela ditadura para tentar imobilizar o trabalho das entidades que



Ariel de Castro Neves: alerta

exigiam o cumprimento das garantias fundamentais, pela vida e contra as torturas. Agora, na democracia, ao invés de nos chamar de terroristas, nos acusam de sermos defensores de bandidos.

O que as entidades defendem?

Defendemos o cumprimento da lei, a Constituição. Defendemos os setores mais fragilizados que são as crianças e adolescentes, as mulheres vítimas de violência, os presos, indígenas, os quilombolas. Também combatemos o trabalho escravo. Apesar desse leque de atividades, somos identificados como

defensores dos presos e dos menores infratores que vão para a Febem.

E a imprensa?

A própria imprensa ajuda a manter essa marca. Quando visitamos um asilo ou um abrigo de crianças, não aparecemos na imprensa. Mas quando visitamos unidades da Febem e presídios, a imprensa divulga e ajuda nesse estigma.

Qual a posição frente à violência?

A Constituição prevê direitos e garantias fundamentais, prevê o direito à vida, à segurança, à liberdade, que ninguém será submetido à tortura ou à tratamento desumano. Segurança é um dos direitos fundamentais. Então, combatemos qualquer forma de violência, principalmente crimes praticados pelos agentes do Estado, como execuções sumárias e torturas dentro do trabalho policial. A polícia não pode substituir a lei pela violência.

Quem são as vítimas dessa violência policial?

As vítimas são os pobres, os jovens e os negros. Isto é, são os filhos dos trabalhadores e os próprios trabalhadores. A violência que atinge os suspeitos de um crime pode atingir inocentes, trabalhadores e estudantes. Um exemplo foi a morte do metalúrgico Mário Josino, em 1997, na favela Naval, assassinado por um policial militar. Contra ele não havia qualquer suspeita ou acusação. Era trabalhador e morreu por ser pobre e negro.

Como as entidades vêem a atuação do governo estadual na questão da segurança?

O governo estadual é omissivo e incompetente na segurança pública e no sistema prisional, que só gera mais revolta e contribui para piorar as pessoas. Tem o cara que entrou para a Febem, depois passa para a prisão, que é a faculdade do crime. Defendemos um mínimo de dignidade nas prisões, que devem recuperar os infratores para que eles não saiam piores do que entraram. Senão, a próxima vítima seremos nós.

Direitos indígenas

Missão denuncia violação no MS

A Relatoria Nacional para os Direitos Humanos realizou uma investigação para apurar denúncias de violações aos direitos humanos do povo guarani-kaiowá, que vive no Mato Grosso do Sul.

A missão resultou em relatório que critica a omissão e a falta de compromisso do poder público na tarefa de proteger, respeitar e promover os direitos humanos dos indígenas.

O documento aponta como entraves para a resolução dos problemas a lentidão do Judiciário e do governo federal em agilizar processos de reconhecimento e demarcação das terras indígenas.



Lentidão do Judiciário prejudica demarcação das terras indígenas

Estes fatores prejudicam a efetivação de todos os outros direitos, considerando

que estes são indivisíveis. Sem a terra, os indígenas não conseguem produzir seu alimento, não podem manter suas tradições e acabam vivendo em condições subumanas.

Curso qualifica professores na linguagem de sinais

Estão abertas até dia 7 as inscrições ao vestibular para graduação em Letras e Língua Brasileira de Sinais (Libras). As pessoas que têm surdez poderão concorrer a uma das 500 vagas do curso que terá aulas a distância. Para se matricular, o candidato deve ter concluído o ensino médio, ser instrutor surdo de Libras certificado ou apenas ser fluente na língua, sendo surdo ou não.

De acordo com o Ministério da Educação, o curso terá duração de quatro anos e será coordenado pela Universidade de Santa Catarina (UFSC). As inscrições podem ser feitas pela internet no endereço eletrônico www.coperve.ufsc.br

A legislação brasileira determina que o aluno surdo tem direito a um intérprete em Libras. A formação desse profissional requer certificado devidamente registrado e expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em nível médio ou superior.

Dados do Censo Escolar de 2005, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, registram o crescimento do atendimento inclusivo nas escolas de todo o País, passando de 24,7% dos alunos com deficiência em 2004 para 41% em 2005.

Tribuna em braille

Problemas técnicos impediram a veiculação da Tribuna em braille de julho. A impressora quebrou e o conserto ficou dependendo de uma peça importada.

O retorno da Tribuna em braille está previsto para este mês.